

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.541.406 - SP (2019/0208176-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : ELENICE APARECIDA OLIVEIRA CALBAISER
ADVOGADO : HELIELTHON HONORATO MANGANELI E OUTRO(S) -
SP287058
AGRAVADO : BANCO BMG SA
ADVOGADO : EDUARDO CHALFIN E OUTRO(S) - SP241287

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/15), interposto por **ELENICE APARECIDA OLIVEIRA CALBAISER**, em face de decisão de inadmissibilidade de recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, objetivou reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 298, e-STJ):

ACÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C.C. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DE INDÉBITO - Empréstimo realizado via cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC) - Julgamento antecipado da lide - Cerceamento de defesa - Inocorrência - Desnecessidade de prova pericial contábil, uma vez que os elementos existentes nos autos já permitiam o conhecimento da matéria posta em discussão - Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor (Súmula 297 do C. STJ) - Observância, contudo, do contrato firmado entre as partes, de outros diplomas legais incidentes ao caso e do entendimento jurisprudencial uniformizado sobre o tema - Pedido de inversão do ônus da prova - Descabimento, na hipótese, uma vez ausente a verossimilhança da alegação e hipossuficiência técnica da autora - Alegação de vício de vontade - Descabimento - Elementos constantes dos autos que dão conta da regularidade da contratação - Ausência de dano material ou moral indenizável - Sentença de improcedência mantida - Recurso não provido, com aplicação do art. 85 do novo CPC, que, em seus §§ 1º e 11, prevê a majoração dos honorários advocatícios na fase recursal.

Nas razões do recurso especial (fls. 322-340, e-STJ), a insurgente alega, além de dissídio jurisprudencial, ofensa aos artigos 39, I, IV, V e 51, I, IV, XV, do CDC.

Sustenta, em síntese, a nulidade do contrato celebrado com a instituição financeira, alegando a existência de obrigações abusivas e em desvantagem para o consumidor.

Contrarrazões às fls. 358-364, e-STJ.

Em juízo de admissibilidade (fls. 368-369, e-STJ), negou-se processamento ao recurso.

Daí o agravo (fls. 372-379, e-STJ), em que a recorrente impugna a decisão agravada.

Contraminuta às fls. 382-385, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

A irrisignação não merece prosperar.

1. A insurgente aponta violação aos artigos 39, I, IV, V e 51, I, IV, XV, do CDC, sustentando a nulidade do contrato celebrado com a instituição financeira, alegando a existência de obrigações abusivas e em desvantagem para o consumidor. Aponta a existência de dissídio jurisprudencial.

O Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assim decidiu (fls. 300-303, e-STJ):

De seu turno, não há dúvida de que os dispositivos do Código de Defesa do Consumidor se aplicam aos contratos bancários, porquanto assim explicitam a Súmula 297 do C. Superior Tribunal de Justiça e o C. Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.591-1.

Entretanto, a aplicação do mencionado codex não significa conceder tudo quanto o consumidor pretende, como se não houvesse contrato, outras leis aplicáveis à espécie e entendimento jurisprudencial uniformizado sobre o tema.

Por sua vez, ainda que relação havida entre as partes seja de consumo, não há se falar em inversão do ônus probatório no caso dos autos.

(...)

Portanto, não basta tão-somente a existência de relação de consumo. Deve haver, junto com ela, a verossimilhança e a hipossuficiência para a produção da prova.

Na presente hipótese, não se vislumbra a verossimilhança, porquanto, como será verificado mais adiante, dentro dos limites recursais, a apelante não demonstra abusividade tal que justifique a pretensa inversão.

Tampouco se tem a hipossuficiência técnica, visto que a recorrente consegue argumentar acerca de todas as teses discutidas na demanda, o que permite concluir que tinha meios de apurar eventual ilegalidade praticada.

Superadas estas questões, os documentos de fls. 64/66, 67/70 e 108/109 (“Termo de Adesão Cartão de Crédito Consignado Banco BMG e Autorização para Desconto em Folha de Pagamento”, “Cédula de Crédito Bancário Saque mediante a Utilização do Cartão de Crédito Consignado Emitido pelo Banco BMG” e recibo de TED, respectivamente) comprovam sua livre adesão ao cartão e a realização de saque mediante TED, o que levou à realização de descontos diretamente em seu benefício previdenciário para pagamento do valor mínimo indicado na fatura mensal do referido cartão, respeitada a margem consignável, tal como expressamente previsto na cláusula VIII (AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTO) do contrato (fls. 65).

Note-se que o contrato é claro quanto à forma de pagamento dos valores emprestados, além do que a apelante não negou o recebimento da quantia em sua conta-corrente, não lhe socorrendo a tese de haver sido induzida em erro devido à sua inexperiência e falta de conhecimento, porque tinha ela plenas condições de tirar eventuais dúvidas que tivesse antes de assinar o instrumento.

Insta salientar, aliás, que, diferentemente do quanto deduzido em apelação, não há ilegalidade alguma na reserva de margem consignável, diante do

previsto nos arts. 6º da Lei nº 10.820/2003 e 3º, § 1º, II, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28, de 16/05/2008, com as alterações estabelecidas na IN INSS/PRES nº 80, de 13/08/2015.

De se ressaltar, ainda, que os encargos pelo pagamento do valor mínimo da fatura estão devidamente especificados no termo de adesão e na cédula de crédito (fls. 64 cláusula IV e 67 quadro III), não havendo se falar em falta de informação por parte da instituição financeira, tampouco em vício de consentimento.

E nem se diga que a dívida contraída, em virtude da forma de pagamento estipulada, perdurará para sempre, porquanto basta que a apelante promova o adimplemento da obrigação para que isso não ocorra.

Ademais, não há como se readequar o contrato entabulado entre as partes (cartão de crédito) para empréstimo consignado, haja vista que, conforme legislação acima citada, os 5% adicionais são específicos para utilização em linha de cartão de crédito.

Em vista dessas circunstâncias, inexiste nulidade a ser declarada, tampouco dano material ou moral a ser reparado no caso dos autos, devendo a r. sentença ser mantida em todos os seus termos. [grifou-se]

Como se vê, o órgão julgador, a partir do exame do conjunto fático e probatório dos autos e da interpretação das cláusulas do contrato celebrado entre as partes, constatou que "o contrato é claro quanto à forma de pagamento dos valores emprestados (...) não lhe socorrendo a tese de haver sido induzida em erro" (fl. 302, e-STJ), bem assim que os encargos pelo pagamento estão devidamente especificados no termo de adesão e na cédula de crédito, não havendo que se falar em falta de informação ou vício de consentimento, e concluiu que "inexiste nulidade a ser declarada" (fl. 303, e-STJ).

Para derruir as conclusões contidas no *decisum* e acolher o inconformismo recursal no sentido de verificar a apontada nulidade do contrato, segundo as razões vertidas no apelo extremo, seria imprescindível a análise de cláusulas contratuais e o revolvimento do acervo fático-probatório, providências vedadas na via estreita do recurso especial, ante a incidência das Súmulas 5 e 7/STJ.

A propósito, citam-se:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA. INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. RECONSIDERAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO COM DESCONTO EM FOLHA. ILICITUDE NÃO CONSTATADA. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA CONHECER DO AGRAVO A FIM DE NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. 1. A decisão que não conheceu do agravo, em razão de intempestividade do recurso especial, mostra-se equivocada por ter desconsiderado a data de publicação do v. acórdão proferido nos embargos de declaração. Reconsideração. 2. **No caso, o Tribunal de origem afastou a índole abusiva do contrato de cartão de crédito com reserva de margem consignada e declarou a legitimidade das cobranças promovidas, por concluir que a prova documental apresentada pela**

instituição financeira demonstrou a autorização para desconto em folha de pagamento do valor mínimo da fatura e a efetiva utilização do cartão de crédito pela autora. 3. Para derruir as conclusões a que chegou o Tribunal de origem e acolher a pretensão recursal, no sentido de se atribuir a nulidade do contrato firmado, por estar evidenciada contratação onerosa ao consumidor, seria necessário o revolvimento das provas constantes dos autos, bem como a interpretação das previsões contratuais, providências vedadas em sede de recurso especial, ante os óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7 do STJ. 4. Agravo interno provido para conhecer do agravo a fim de negar provimento ao recurso especial. (AgInt no AREsp 1.512.052/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 15.10.2019, DJe 08.11.2019) [grifou-se]

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. OMISSÃO INEXISTENTE. APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. JUROS REMUNERATÓRIOS ABUSIVOS. PROVAS ANEXADAS AOS AUTOS. **CONCLUSÃO TOMADA COM BASE NA ANÁLISE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL E DEMAIS PREMISSAS FÁTICAS. REVISÃO OBSTADA PELAS SÚMULAS N°S 5 E 7 DO STJ.** AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. (...). 2. Não há ofensa ao art. 535 do CPC/73 se o Tribunal examinou as questões atinentes à solução da lide e declinou os fundamentos nos quais firmou suas conclusões, sendo certo que o fato de não o fazer à luz dos dispositivos legais indicados pela parte não o vicia de nulidade. 3. Ademais, ainda que o houvesse omissão acerca do art. 2º do CDC, a decisão agravada, ao aplicar o direito à espécie (art. 1.025 do NCPC), ter-lhe-ia suprido. **4. As convicções firmadas pela Corte estadual acerca da abusividade da taxa de juros remuneratórios cobrada está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, porque decorreu de comparação feita com a taxa média de mercado divulgada pelo BACEN, sendo certo que a revisão do acórdão recorrido à luz dos fundamentos carreados no recurso especial está obstada pelas Súmulas n°s 5 e 7 do STJ.** 5. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 879.448/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16.05.2017, DJe 29.05.2017) [grifou-se]

Com efeito, inafastável, no ponto, a incidência dos óbices estabelecidos pelas Súmulas 5 e 7/STJ.

Consigne-se que, a respeito da pretensão recursal com fulcro na alínea "c" do permissivo constitucional, esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência do óbice estabelecido pela Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem. Precedentes: AgRg no AREsp 662.068/RJ, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 22/06/2015; AgRg no AREsp 463.390/MT, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/03/2014.

Superior Tribunal de Justiça

2. Do exposto, conheço do agravo para **negar provimento** ao recurso especial e, com fulcro no artigo 85, § 11, NCPC, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários de sucumbência fixados pelo Tribunal de origem, em favor da parte ora agravada.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator